



SINDICATO RURAL DE MARINGÁ

Nossa Missão: Representar, defender, informar, capacitar e orientar, prestando serviços com excelência aos produtores rurais de Maringá e região, de forma legítima, integrada e sustentável.

www.sindrural.com.br

Dezembro de 2012



FALA, PRESIDENTE

Com a palavra, Borghi

Pág. 2



ALTERNATIVA

Eucalipto, plano rentável de "aposentadoria" complementar

Pág. 4

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Sim. É possível reduzir o uso de agrotóxicos

Pág. 5

EMPREENDEDOR RURAL

Diretores e associados prestigiam evento em Curitiba

Pág. 13

SUCESSO DE PÚBLICO

IV Encontro das Mulheres Rurais

Pág. 15

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

E assim ficou o novo Código Florestal

Nesta edição, um roteiro completo para o produtor rural conhecer as novas regras do jogo jurídico ambiental, os avanços conseguidos, como agir de agora em diante e a certeza de que o fortalecimento da categoria é o único caminho para o campo não ficar a mercê de outros interesses. **Luiz Carlos Rizzo**

Pág. 8, 9, 10 e 11

EDITORIAL

NEM TÃO LONGE DO IDEAL. NEM TÃO PRÓXIMO DO JUSTO

José Antônio Borghi

É como na vida. Buscamos o ideal, mas nem sempre o alcançamos. Queremos que as pessoas sejam justas conosco. Porém, sofreremos – e também cometemos – injustiças. E neste jogo de equilíbrio e desequilíbrio, sobe e desce, a vida segue irrigada com a renovação das esperanças no amanhã com base no que fazemos hoje, aqui, agora.

Essa analogia se encaixa bem na aprovação – pelo Congresso Nacional e sanção pela presidente Dilma Rousseff – do novo Código Florestal Brasileiro.

Cá de nosso cantinho, podemos assegurar que a nova legislação ambiental representa importantes avanços para quem faz de sua missão de vida garantir a continuidade da vida de milhões de pessoas pela produção de alimentos: o produtor rural.

As conquistas, resumidamente, são muitas:

a) Continuidade de atividades produtivas em áreas consolidadas;

b) Não obrigatoriedade de recomposição de reserva legal para áreas de até quatro módulos fiscais;

c) A possibilidade de incorporação das APPs na reserva legal, a possibilidade de compensação em outras regiões ou propriedade desde que seja no mesmo BIOMA e explorar até

50% com plantas exóticas, além da segurança Jurídica...

Por trás das conquistas dos produtores rurais, existe todo um trabalho de organização dos produtores que deve ser referência para outras categorias e de base para novos desafios que todos os dias nos são colocados, e no Paraná o Sistema Sindical protagonizou esta mobilização, ao lado do sistema cooperativo, associações de classe e articulados com os nossos representantes no congresso nacional muitos outros anônimos que somaram esforços e dessa maneira puxando para o mesmo lado, chegamos ao ponto que nos parece sensato e razoável, ou seja produzir com responsabilidade para podermos cobrar o mesmo de outros setores. Dessa maneira a nossa grande vitória talvez foi ratificar a idéia de que a participação e a organização são fundamentais para as mudanças necessárias.

Mobilização + participação + persistência = conquistas. Se essas três palavras resumem a vitória do agonegocio no embate democrático com os denominados “ambientalistas”, fica claro que, mais do que nunca, precisamos do produtor rural, organizado.

O saldo, ao final, é positivo. Se o novo Código Florestal Brasileiro não representa o ideal do que queríamos, pelo menos avançamos muito porque,



conhecendo as regras do jogo jurídico no campo ambiental, podemos produzir com tranquilidade.

A todos, um Natal abençoado e um 2013 irrigado por projetos que serão realidade!

José Antônio Borghi
Presidente Sindicato Rural de Maringá

Período de férias e recesso no Sindicato Rural

Produtor rural: de 17 de dezembro de 2012 a 08 de janeiro de 2013 o Sindicato Rural de Maringá, assim como as extensões de base de Floresta, Itambé e Paiçandu, não estarão realizando os atendimentos por motivos de fechamento das atividades internas e balanço do ano de 2012, além do recesso de final de ano dos funcionários.

Aos que tiverem solicitações e serviços a realizar, deverão procurar o Sindicato até o dia 14 de dezembro de 2012.

Retornaremos com as atividades normais no dia 9 de janeiro de 2013, a partir das 8 horas da manhã.

EXPEDIENTE

JORNAL DO

www.sindrural.com.br
sindrural@sindrural.com.br



EDIÇÃO ESPECIAL – DEZEMBRO/2012

Produção e Edição
jornalista Luiz Carlos Rizzo
Assistente de produção: Cristina Barbosa
Repórter: Natalia Stiehl
Editoração: Andréa Tragueta
Coordenação geral: Valdecir Mokwa e Alessandro Carreira
Revisão Final: Ivoneti Catharina Rigon Bastiani
E-mail: luizcarlos.rizzo@gmail.com
Impressão: O Diário do Norte do Paraná
Fotos: Arquivo Sindicato, Divulgação e Agência Estadual de Notícias
Tiragem: 3.000 exemplares

DIRETORIA DO SINDICATO RURAL DE MARINGÁ

GESTÃO 2010/2013

EFETIVOS

PRESIDENTE:

José Antônio Borghi

1º VICE-PRESIDENTE

Antônio de Souza Gomes Neto

2º VICE-PRESIDENTE

Júlio Azevedo da Rocha

3º VICE-PRESIDENTE

João Batista Versari

SECRETÁRIA

Hasue Komura Ito

2º SECRETÁRIA

Milton Fujii

TESOUREIRO

Marco Bruschi Neto

2º TESOUREIRO

Ivaldo de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Antonio Carlos Marcolli

Ivoneti Catharina Rigon Bastiani

Ivaldo Meneguette

SUPLENTE DA DIRETORIA

1º. Élio Ramos

2º. Carlos Amarildo Polotto

3º. Walter Garcia de Oliveira

4º. João Pedro Volpato

5º. Antonio Molonha

6º. Valdemir Dolfini

7º. João Aparecido Bortolasci

8º. José Carlos Visioli

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

Luiz Carlos Dias

Antonio Campagnoli

Sidney Meneguetti

DELEGADO REPRESENTANTE

José Antônio Borghi

SUPLENTE DE DELEGADO

Ágide Meneguette

EXPERIÊNCIA

Vespas predadoras combatem lagartas da soja

Em Floresta, a Emater começa a desenvolver a experiência que visa reduzir o uso de inseticidas na lavoura



A partir de Floresta, município próximo a Maringá, aconteceu em outubro a primeira soltura de vespas predadoras de lagartas da soja no Paraná. Técnicos do Instituto Emater espalharam cartelas ativas contendo vespas do gênero *Trichogramma* sp nas lavoura de Reginaldo Jesualdo, numa área de 12,1 hectares

De acordo com o extensionista Celso Seratto, o inseto põe seus ovos dentro dos ovos das lagartas, impedindo o seu desenvolvimento. O objetivo dessa prática é fazer o controle biológico das lagartas e reduzir o número de aplicações

de inseticidas na lavoura. “Isso possibilita uma maior segurança no dia a dia das famílias que trabalham no campo e de seus funcionários, além de permitir a diminuição dos riscos de poluição do meio ambiente com o uso de produtos químicos”, ressaltou Seratto.

O extensionista acrescentou que na região de Maringá os produtores fazem, em média, de três a cinco aplicações de agrotóxicos para combater as lagartas. “Entre os agricultores que fazem o manejo de pragas e usam produtos seletivos, são no mínimo duas aplicações.

Nossa ideia é, com o controle biológico, eliminar a aplicação de defensivo para combater a lagarta da soja e falsa medeira”, explicou Seratto.

A soltura das vespinhas faz parte dos compromissos firmados entre os técnicos do Instituto Emater que atuam no Projeto Grãos, na região de Maringá e os produtores rurais que se dispuseram a inovar, instalando as unidades de observação para testar a tecnologia do controle biológico a fim de difundir a a outros produtores na próxima safra.

O material biológico foi cedido pela

Empresa BUG, com sede em Piracicaba/SP, tradicional fornecedora de agentes biológicos para o setor canavieiro e que agora ingressa como fornecedora desse tipo de tecnologia no mercado da soja. A próxima estratégia da Extensão Rural será operar com predadores de ovos de percevejos, o que está previsto para a safra 2013/2014. (Roberto Monteiro Júnior)

Mais informações – Unidade Regional de Maringá - Celso Seratto – (44) 3293-7400 – e-mail – seratto@emater.pr.gov.br

**FAZ QUASE 50 ANOS
QUE O NOSSO PRINCIPAL
PRODUTO É A CONFIANÇA.**

A contagem regressiva para os 50 anos da Cocamar já começou. A cooperativa que nasceu pelas mãos de 46 agricultores, hoje tem mais de 10 mil cooperados. A cooperativa que iniciou suas atividades com o café, agora comercializa diversas commodities, incluindo a soja, o milho, o trigo, a laranja, com investimento permanente em modernização, inovação e pesquisa. A cooperativa que apenas colhia e comercializava grãos, desenvolveu um parque industrial produtivo e competitivo, exportando os seus produtos para diversos países. Prestes a completar meio século, a Cocamar mantém o mesmo ciclo de confiança de seu início: o que a terra e a natureza lhe entregam, ela transforma em benefício para os seus cooperados e a sociedade.

ALTERNATIVA

Eucalipto, plano rentável de “aposentadoria” complementar

Pequena, muito pequena. Quase insignificante. Ao ocupar apenas 15 mil hectares na região de Maringá, por ora, o eucalipto está longe de exercer importante papel na diversificação das atividades da propriedade rural, principalmente no noroeste.

A produção, baixa, não atende a demanda das serrarias e nem o consumo para produção de escoras para a construção civil. Não dá nem para atender a quantidade necessária de maravalha usada nos aviários.

Joaquim Girardi, executor do projeto Cultivos Florestais, do Instituto Emater, escritório regional de Maringá, assegura que o eucalipto pode ser uma opção de renda a mais para o agricultor dentro da política de diversificação de atividades e rendas.

Não precisa de muitas terras. Re-

servar 10% da área para essa alternativa já seria um grande impulso. Aconselha Girardi: “O eucalipto pode ser conduzido com a produção de leite, café ou avicultura. O agricultor deve ter o cultivo florestal como uma renda para sua aposentadoria. Um rendimento para o futuro”, observa.

Além da renda extra, o cultivo florestal também serve para abastecer a propriedade com a madeira necessária, incluindo consumo de lenha.

Quando o assunto é dinheiro, o eucalipto seduz. Quando a madeira é vendida aos lenheiros, renda garantida de até R\$ 1.333,00/ha/ano se a madeira é entregue a lenheiros. As usinas pagam um pouco mais: R\$ 1.967,00/ha/ano. Bom mesmo é entregar a madeira nas serrarias. Elas exigem diâmetro maior das árvores, mas pagam até a R\$ 2.863,00/ha/ano.



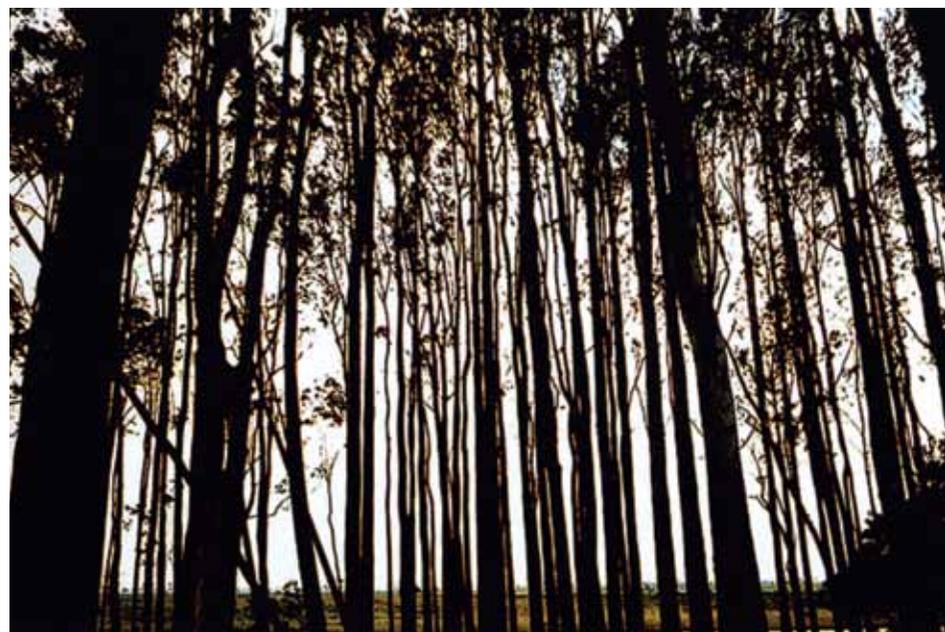
Mudas de alta qualidade, essencial para a boa formação da planta

Cuidado com a qualidade das mudas!

Não adianta botar os pés pelas mãos e surfar nas ondas do otimismo barato, alerta Girardi. Ter êxito na alternativa florestal está relacionado a mudas de qualidade e de um bom manejo. Todo cuidado é pouco pois já foi detectada a presença da vespa da galha na região de Maringá. A praga infesta as folhas e galhos das plantas, deformando as árvores, diminuindo seu valor comercial. Para agravar, não tem disponível, até agora, produto químico

indicado para o controle da vespa. O que fazer quando se constatar a praga: arrancar e queimar as mudas para ser evitada a disseminação.

A agrônoma Dirlene Rinaldi, do núcleo da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento de Maringá, aconselha: deve o produtor interessado em implantar o eucalipto comprar mudas exclusivamente de viveiristas credenciados junto ao Ministério da Agricultura para evitar problemas.



Antes da decisão pelo plantio, estudar todos os aspectos

Corte aos 7 anos e ciclo de produção de 21 anos

Segundo a Embrapa, a atividade florestal exige rotações mais longas que as demais atividades agropecuárias, principalmente para que se obtenha um produto final para serraria. O corte do eucalipto para industrialização ocorre normalmente aos 7 anos de idade, num regime que permite até 3 rotações sucessivas e econômicas, com ciclo final de até 21 anos.

Os reflorestamentos tradicionais de eucalipto são representados por densos maciços florestais, plantados em espaçamentos regulares e normalmente com uma única espécie. Entretanto, nas propriedades rurais, além dessa possibilidade de plantio, as árvores também podem ser plantadas de forma integrada com as atividades agrícola e pecuária. Podem também ser prestadoras de serviços como quebra-ventos, cercas vivas, proteção de animais, sem no entanto esquecer o seu potencial para gerar produtos econômi-



Uma alternativa com retorno a médio e longo prazo

cos. Para que se tenha sucesso nesse empreendimento, precisa-se considerar o espaçamento da espécie florestal. Nesses sistemas normalmente são usadas menores densidades de plantio e diferentes arranjos espaciais das espécies florestais em campo.

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Sim. É possível reduzir o uso de agrotóxicos

Na região de Maringá, produtores desembolsam R\$ 27 milhões por safra somente com fungicidas, efetuando duas ou três aplicações sem necessidade

O sojicultor paranaense pode reduzir o uso de agrotóxicos na cultura da soja sem comprometer a produtividade da lavoura. “É necessário controlar as pragas? É! Podemos usar agrotóxicos? Sim! Agora, apenas no momento certo e dando preferência para aqueles produtos menos agressivos, como os biológicos ou de ação fisiológica”, explica Pedro Cecere Filho, coordenador regional do Projeto Grãos, da Emater.

Segundo o extensionista, na última safra, os sojicultores da região de Maringá desperdiçaram com a aplicação de fungicidas cerca de R\$ 27 milhões. O produto foi aplicado em quase 230 mil hectares, no mínimo duas vezes, sem necessidade, aumentando o custo de produção, provocando desequilíbrio biológico, colocando em risco a saúde do trabalhador rural e comprometendo a qualidade final do produto.

Produção sustentável, o melhor caminho

O Instituto Emater trabalha com o projeto Grãos em 17 dos 29 municípios da região de Maringá. A ação atende 1,3 mil famílias que plantaram na última safra 31,5 mil hectares com a cultura da soja.

Segundo, Cesar Miguel Candeo dos Santos, gerente regional do Instituto, o principal objetivo é a produção sustentável. “Proposta que estamos difundindo com uma metodologia especial, as unidades de referência.

Foram instaladas 14 dessas unidades. Nelas, mostramos que com a prática do monitoramento tanto de pragas quanto de doenças e o uso de produtos mais seletivos o sojicultor

Jogando dinheiro fora

O tratamento contra a ferrugem apenas é recomendado quando o agente provocador dessa doença da soja for identificado. Mas, segundo Cecere, aplicações desnecessárias ocorrem por causa da compra antecipada.

Diz o técnico da Emater, regional de Maringá: “o produtor, pensando em se prevenir, adquire o agrotóxico junto com todos os outros insumos, muitas vezes ainda antes do plantio. Ele se esquece – ou às vezes nem sabe – que a lagarta da soja, por exemplo, é controlada de forma natural pelo fungo ‘nomuraea’, que provoca a chamada doença branca. Quando o sojicultor aplica fungicida para prevenir a ferrugem, mata também esse fungo que é benéfico para a plantação”.

As aplicações de inseticidas para o controle de pragas na cultura da soja também podem ser reduzidas em até duas vezes. Muitos produtores aproveitaram qualquer tratamento feito sobre a plantação para aplicar preventivamente uma dose pequena de inseticida. É o que eles chamam de ‘cheirinho’. A finalidade é limpar a lavoura. “Mas o que eles conseguem mesmo com isso é matar os inimigos naturais dessas pragas que pretensamente buscam combater”, lamenta Pedro Cecere.

pode produzir até mais, gastando menos com a compra de agrotóxicos, evitando agressão ao meio ambiente, preservando a saúde de quem lida com a plantação e, conseqüentemente, garantindo ao consumidor final a oferta de um produto muito mais seguro”, relata.

As unidades didáticas servem para orientar o produtor/colaborador e também são usadas pelos extensionistas para a realização de eventos técnicos, como reuniões, cursos e dias de campo, para a capacitação de sojicultores vizinhos e de outras comunidades do município. (Emater/Maringá)



Para técnicos, pulverização em excesso

MARFAL PEÇAS AGRÍCOLAS

PROMO SAFRA 2013

Navalha Corte NH	R\$ 1,70
Rolamento GE25.....	R\$ 30,00
Rolamento GE30.....	R\$ 45,00
Barra Corte NH 13 pés.....	R\$ 267,00
Régua Flexível 13 pés.....	R\$ 255,00
Barra Corte NH 15 pés.....	R\$ 310,00
Régua Flexível 15 pés.....	R\$ 320,00

Ofertas válidas enquanto durar o estoque

NEW HOLLAND - MF - SLC - VALTRA - SEMEATO

Plantão Safra (44) 3028-3414 – 9991-0622 – 9101-4468

Rodovia PR-317, N° 7.767 (Próx. ao Trevo da Cocamar) - Maringá - PR

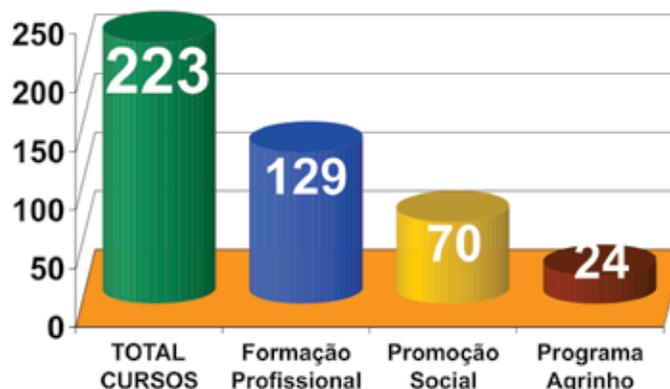
Cursos SENAR-PR e Sindicato Rural de Maringá: maior quantidade, melhor qualidade

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) busca desenvolver ações visando a formação profissional rural, além da promoção social para as pessoas que vivem no campo contribuindo para sua profissionalização, integração na sociedade, melhoria da qualidade de vida e para o pleno exercício da cidadania. O Sindicato Rural de Maringá, através de convênio com o SENAR-PR, realiza diversos cursos todo ano, nos municípios de Maringá, Sarandi, Paiçandu, Floresta, Itambé, Doutor Camargo e Ivatuba, para atender aos produtores, trabalhadores e familiares rurais.

Nos últimos anos a demanda tem sido crescente e constante, e durante o ano de 2012 não foi diferente. A procura pelos cursos continua aumentando e os mais procurados de 2012 foram: Cultivo de Plantas Medicinais Aromáticas e Condimentares, Manejo de Gado de Leite e Corte, Programa Jovem Agricultor Aprendiz, Corte e Costura e Técnicas de

CURSOS: BALANÇO DE 2012

Total Cursos X Cursos por Tipo 2012



Participantes X Certificados Cursos 2012



Jardinagem.

Para a realização de cada curso contamos com parcerias consolidadas como as Prefeituras Municipais e suas secretarias,

Sociedade Rural, EMATER, cooperativas agroindustriais, instituições de ensino e pesquisa e outras diversas entidades, que contribuem ativamente para o sucesso da

realização de cada evento.

Acima você pode conferir o que realizamos em 2012

AGENDA MENSAL DE CURSOS 2013 SINDICATO RURAL / SENAR-PR

CURSO	MUNICÍPIO	CURSO	MUNICÍPIO	CURSO	MUNICÍPIO
Janeiro		Turismo Rural	Itambé	Manejo de Ovinos	Maringá
Manejo Gado de Leite	Ivatuba	Floricultura – Integrado	Maringá	Manejo de Gado de Corte	Maringá
		Operação e Manutenção de Motosserras	Maringá	Alimentos-Conservas, Molhos e Temperos	Maringá
Fevereiro		Operação e Manutenção de Roçadeiras	Maringá	Operação e Manutenção de Tratores	Maringá
		Produção de Alimentos-Pescados	Maringá	Alimentos-Compotas e Frutas Desidratadas	Maringá
Avaliação e Conformação de Vacas Leiteiras	Ivatuba			Casqueamento de Bovinos	Maringá
Citrus – Manejo de Pragas	Maringá	Abril		Operação e Manutenção de Tratores	Maringá
Produção de Alimentos Derivados de Mandioca	Maringá	Manejo Gado de Leite	Maringá	Manejo de Plantas Daninhas em Plantio Direto	Maringá
Produção de Alimentos Derivados de Leite	Itambé	Artesanato em Bambu	Sarandi	Avaliação e Conformação Vacas Leiteiras	Maringá
Produção de Alimentos Derivados de Mandioca	Itambé	Manejo e Conservação de Solos	Maringá	Forragicultura	Maringá
Jovem Agricultor Aprendiz	Dr.Camargo	Plantas Medicinais	Maringá	Regulagem de Colhedoras	Maringá
Qualidade de Vida	Maringá	Mulher Atual	Floresta	Operação e Manutenção de Roçadeiras	Maringá
Jardinagem	Maringá	Alimentos-Compotas e Frutas Desidratadas	Itambé		
		Agricultura e Olericultura Orgânica	Itambé	Junho	
Março		Geléias e Doces	Maringá	Artesanato em Palha de Milho – Flores	Sarandi
		Jardinagem	Maringá	Forragicultura	Maringá
Manejo Gado de Corte	Maringá	Operação e Manutenção de Motoniveladoras	Maringá	Classificação de Grãos	Maringá
Suinocultura	Maringá			Desenvolvimento Comportamental	Dr.Camargo
Alimentos Compotas e Frutas Desidratadas	Sarandi	Maiο		MOPP-Mov. Operacional de Produtos Perigosos	Floresta
Agricultura Orgânica	Floresta	Manejo de Gado de Leite	Maringá	Sistema de Plantio Direto	Maringá
Mulher Atual	Maringá	Alimentos-Panificação	Sarandi	Plantas Medicinais	Maringá
Mulher Atual	Floresta			Meliponicultura	Maringá
Desenvolvimento Comportamental	Itambé			Derivados de Milho	Maringá

Além dos cursos acima, outros poderão ser agendados de acordo com os interesses e necessidades dos produtores rurais.

SENAR-PR premia vencedores do Programa Agrinho

O Agrinho está completando 15 anos, influenciando uma geração inteira de crianças e jovens que cursam o ensino fundamental. Os técnicos do SENAR-PR, com o apoio de especialistas, criaram novos títulos para sensibilizar a escola a utilizar as cartilhas de seu programa, que foram formuladas para serem usadas de forma transversal em sala de aula com conteúdos sobre: higiene, saúde, cidadania, a importância do

campo na economia e meio ambiente.

O Programa Agrinho teve início em 1995, quando foi desenvolvido o primeiro material para alunos de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental. Na ocasião priorizou-se a temática ambiental em decorrência da necessidade de responder a um problema pontual de extrema gravidade no meio rural - o da contaminação da população por agrotóxicos.

Caráter educativo

O Agrinho é destinado a alunos e professores da rede pública e/ou privada de ensino, educação infantil, ensino fundamental e da educação especial, e está levando noções de cidadania, preservação do meio ambiente, saúde, consumo responsável e ética a milhares de crianças e jovens de todo o país e hoje é sinônimo de sucesso e responsabilidade social. Seu caráter educativo, transformador e motivador contribui para um processo de mudança de atitudes de crianças e adolescentes da área rural ou urbana. Por ano, envolve mais de 1,5 milhão de estudantes e cerca de 80 mil professores de aproximadamente oito mil instituições.

O Programa Agrinho, que nasceu no Paraná e se espalhou pelo Brasil, possui algo mais que nos sensibiliza, porque está participando de uma mudança de mentalidade de crianças e jovens. Está ajudando a moldar uma nova geração, mais atenta com os problemas da sociedade, com mais consciência social.

Anualmente, em dezembro, o Sistema FAEP reúne em Curitiba centenas de professores e alunos do primeiro grau para a premiação do Programa Agrinho. E neste ano, o diretor João Batista Versari, e a integrante da Comissão de Mulheres, Ana Cristina do Nascimento Versari, representaram o Sindicato Rural de Maringá na solenidade. João acompanhou de perto a alegria dos professores e alunos ao receberem o reconhecimento pelo esforço: "um evento grandioso, porém à altura da dedicação e competência dos professores e alunos contemplados com as premiações.



Mascotes do Programa

Comprova o comprometimento de todos os envolvidos com o Programa Agrinho, durante o ano de 2012."

As escolas da rede pública de Maringá e região também aderiram ao Agrinho, mas quem ficou com as melhores posições esse ano foram a Escola Municipal Serranópolis do Sul (Serranópolis do Sul), em 1º lugar, o Colégio Estadual ELEUTERIO F. DE ANDRADE (Quitandinha) e a Escola Municipal ETHANIL B. DE ASSIS (Campo Mourão), ambos em 2º e 3º lugares. Na rede particular os prêmios foram para ESCOLA GIRASSOL, de Engenheiro Beltrão (1º lugar), COLÉGIO VICENTINO SANTO CRUZ, Campo Mourão (2º lugar) e para Colégio Aquarela, de Rolândia (3º lugar). Ao todo o prêmio possui cinco categorias (Município Agrinho, Escola Agrinho, Experiência Pedagógica, Redação e Desenho).

Mais informações sobre o programa na página do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural- SENAR. (<http://www.senar.org.br>)



Crianças participantes do Programa Agrinho no Estado

Poupança Sicredi.
Investir no seu futuro é fortalecer o crédito rural da sua região.

68% dos recursos aplicados na Poupança Sicredi são destinados ao crédito rural. Ganha você, comunidade da sua região e o agronegócio. Converse com seu gerente e invista agora na Poupança Sicredi.

SICREDI
GENTE QUE COOPERA CRESCER

Produto do Banco Cooperativo Sicredi S.A. Consulte o gerente responsável em sua agência ou central SAC Sicredi - 0800 724 7200. Deficientes Auditivos ou de Fala - 0800 724 9525. Disponível 24 horas | 080064412519

MEIO AMBIENTE

E assim ficou o novo Código Florestal

Carla Beck- Engº Agrº- DTE/FAEP

A presidente Dilma Rousseff já sancionou a Lei 12.727 originada Medida Provisória 571/2012 que trata do Código Florestal com nove vetos ao texto do Congresso. Adicionalmente a presidente assinou o Decreto 7830/2012 que regulamenta o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa da Regularização Ambiental (PRA). Os pontos vetados e não contemplados no Decreto poderão ser tratados por meio de outros instrumentos, como atos do Ministério do Meio Ambiente.

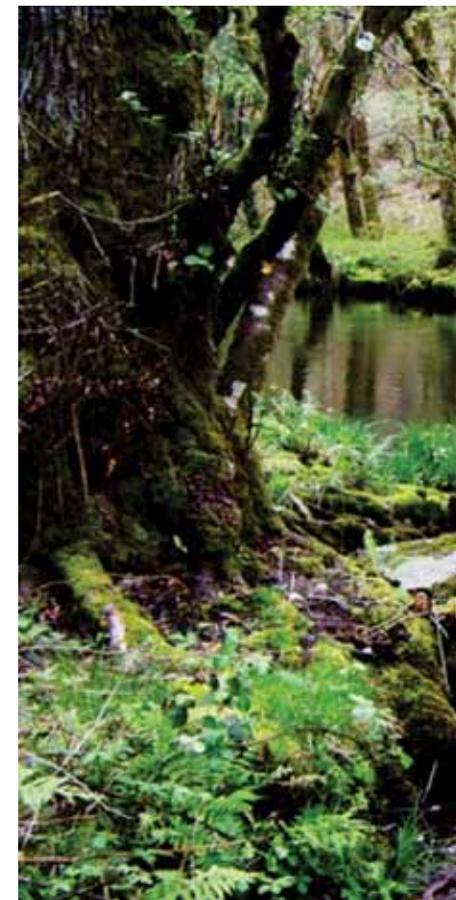
Para 92% das propriedades rurais do Paraná – até 4 módulos fiscais, média de 72 hectares – os vetos da presidente da República ao projeto de lei do novo Código Florestal, aprovado pelo Congresso, praticamente não mudam nada.

Esta imensa maioria de propriedades, com utilização já consolidada antes de 22 de julho de 2008, continua sendo beneficiada pelas dimensões de áreas de proteção permanente – matas ciliares, por exemplo – já em vigor, como 5 metros de matas ciliares em áreas com até 1 módulo fiscal, até 15 para aquelas com até 4 módulos.

Seguem abaixo os principais vetos, considerações sobre o Decreto e as conquistas com o Novo Código florestal.



Produção sustentável: compatibilizar negócio com preservação ambiental



Veja como t

COMO VAI FUNCIONAR A REC

Tamanho da propriedade	Rec	ao l
0 a 1 módulo	5 m	
1 a 2 módulos	8 m	
2 a 4 módulos	15 m	
4 a 10 módulos	20 m	de l
+ de 10 módulos	à m	d'ág de

Áreas consolidadas são as Áreas de Proteção Ambiental de 2008, com edificações, benfeitorias, ocupadas com arroz, encostas ocupadas

Os vetos mais importantes

1. ÁREAS DE VÁRZEAS – A presidente vetou o artigo que possibilitava a utilização das várzeas desde que estivessem fora dos limites de proteção de matas ciliares de 30 metros para rios de até 10 metros de largura. Agora todas as várzeas são consideradas APP. Entretanto as várzeas ocupadas anteriores a 22 de julho de 2008 poderão ser consideradas consolidadas desde que não estejam em áreas de risco e sejam observados critérios técnicos de conservação do solo e da água descritos no Programa de Regularização Ambiental (PRA)

2. APP de áreas consolidadas para propriedades maiores que 4 módulos fiscais:

O Congresso Nacional tinha diminuído para 15 metros a faixa mínima de vegetação exigida ao longo de margens de rios para propriedades com tamanho entre 4 e 15 módulos fiscais. A MP original previa que propriedades com tamanho entre 4 e 10 módulos fiscais deveriam recompor a vegetação numa área de 20 metros ao

longo de cursos d'água com menos de 10 metros de largura. O Decreto restabelece os 20 metros.

3. USO DE FRUTÍFERAS EM APP: A presidente vetou o artigo que permitia o uso de frutíferas para recompor as áreas consolidadas em APP. Segundo a presidente, ao autorizar indiscriminadamente o uso isolado de frutíferas para a recomposição de APPs, independentemente do tamanho da propriedade, o dispositivo compromete a biodiversidade das APPs, reduzindo a capacidade dessas áreas de desempenharem suas funções ambientais básicas. Vale lembrar que o novo Código Florestal (Lei 12651 de 25 maio de 2012) prevê a possibilidade de uso de espécies nativas e exóticas, de forma intercalada, para recomposição de APPs em pequenos imóveis rurais.

4. APP de 5 metros para rios menores que 2 metros de largura: O artigo que determinava que rios intermitentes (cujo curso tem água apenas em determi-

nado período do ano) de até 2 metros deveriam ter recuperação de 5 metros para qualquer tamanho de propriedade, também foi vetado. Passa a valer a "escadinha" com as dimensões de acordo com o tamanho da propriedade.

5. Recomposição de APP e Reserva Legal no PRA –

A presidente também suspendeu o parágrafo sobre a implantação do Programa de Regularização Ambiental (PRA). O veto refere-se à imposição de prazo de 20 dias após a adesão do proprietário rural ao PRA para que eles promovam a regularização ambiental. Segundo a justificativa, os prazos deverão ter uma regulamentação específica. A organização e os procedimentos para adesão ao PRA deverão ser objeto de regulamentação específica.

6. Gatilho de 25%: O gatilho que limitava em 25% de área a ser recomposta para propriedades maiores que 4 módulos fiscais foi vetado: Fica valendo as dimensões estabelecidas no Decreto.



ficou a “escadinha”

COMPOSIÇÃO PARA ÁREAS CONSOLIDADAS

Composição das faixas marginais longo do curso d'água *	% do imóvel ocupado
10 metros para qualquer largura de rio	10%
10 metros para qualquer largura de rio	10%
20 metros para qualquer largura de rio	20%
10 metros para rios de até 10 metros de largura	sem limites
10 metros de largura do curso d'água, observado o mínimo de 30 e o máximo de 100 metros,	sem limites

servação Permanente (APP) e de Reserva Legal, ocupadas antes de 22 de julho de 2008, para atividades agrossilvipastoris, ecoturismo ou turismo rural. Exemplos: várzeas e áreas com café, uvas e aviários entre outros.

Código Florestal. Não é o ideal, mas o possível



O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária da Câmara Federal, deputado Homero Pereira, vê avanços e, principalmente, segurança jurídica aos produtores rurais

O novo Código Florestal Brasileiro, já vigente e com nove vetos da presidente Dilma Roussef, não era exatamente o que os produtores rurais queriam. Mas, ele representa muitos avanços e agora existe segurança jurídica. Na atualidade, o Brasil tem a legislação mais avançada do mundo para preservação dos recursos naturais. Portanto, os produtores deveriam receber mais por esse esforço.

Em resumo, este é o pensamento central do presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária da

Câmara Federal, deputado Homero Pereira. Embora seja representante do Mato Grosso, o parlamentar tem suas origens em Goioerê, na região de Campo Mourão. Produtor rural, seu primeiro emprego como extensionista foi na Coagel (cooperativa daquela cidade). Recentemente, Pereira esteve em Maringá para participar de evento promovido pela Sociedade Rural e que tratou de assuntos atuais da agropecuária, dentre elas, as novas regras ambientais para o campo.

PRODUTOR RURAL | Consulte desconto especial com faturamento direto da fábrica.

servopva OK Maringá 443027-1000 Nova Esperança 443209-8100

servopva DAMA Servopva

Faça revisões em seu veículo regularmente. Financiamentos sujeitos a aprovação de crédito pelas instituições financeiras. Consulte condições comerciais, despesas com IOF, cadastro, registro eletrônico e Gravame diretamente em nossas revendas. Garantia de 3 anos para veículos 0km válida desde que cumprido o programa de manutenção preventiva estipulado pelo fabricante Volkswagen (exceto Kombi e Amarok). Veículos em conformidade com o PROCONVE. Veículos seminovos serão aceitos na negociação pela Servopva na compra de um veículo 0km ou Seminovo, sob avaliação e concordância de preço entre cliente e revenda.

CÓDIGO FLORESTAL

As conquistas do Sistema Faep e dos produtores rurais

Nos últimos anos, a Federação da Agricultura se mobilizou na defesa dos produtores em busca de um Código Florestal justo e racional. Participou de todas as discussões, realizou reuniões pelo interior do Estado, levou produtores a Brasília em busca de sensibilização dos parlamentares sobre a importância de uma nova legislação ambiental, mas adequada e responsável.

Foram inúmeras ações, horas de trabalho de técnicos debruçados em estudos sobre o tema e uma série de publicações e documentos emitidos nesse período.

Temos orgulho de cumprirmos nosso papel representando o produtor paranaense. Abaixo listamos, o que consideramos, como nossas 12 maiores conquistas em prol do produtor rural.

1) ÁREAS CONSOLIDADAS: As atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e turismo rural que já existiam em APPs até 22 de julho de 2008 poderão continuar e serão consideradas áreas consolidadas, desde que, não estejam em áreas de risco e sejam observados critérios técnicos de conservação do solo e da água estabelecido no Programa de Regularização Ambiental – PRA.

2) Mesmo as áreas consolidadas precisarão obedecer às dimensões de recomposição de APP conforme o tamanho da

propriedade. Exemplo: para propriedades de até 4 módulos fiscais com largura de rio de até 10 metros a recomposição deve variar de 5 metros a no máximo 20 metros

3) O PRA irá solucionar vários passivos ambientais dos produtores rurais e será considerado no acesso aos incentivos econômicos e financeiros dos serviços ambientais.

4) Reserva Legal consolidada para propriedades menores de 4 módulos fiscais Imóveis rurais com áreas de até 4 módulos fiscais, que corresponde no Paraná a uma média de 72 hectares, não precisarão recompor as reservas legais. Valerá o percentual de vegetação nativa existente na propriedade até o dia 22 de julho de 2008. Ficando bem claro que não poderá haver nenhum desmatamento dessas áreas

5) Reserva Legal para propriedades maiores que 4 módulos fiscais: As Áreas de Preservação Permanente poderão ser incluídas no cálculo de 20% da Reserva Legal. Porém, se a soma das áreas de Reserva Legal mais APP for superior a 20%, o produtor não poderá retirar a vegetação excedente.

6) A recomposição de Reserva Legal poderá ser feita com a regeneração natural da vegetação, pelo plantio de novas árvores (permitido o uso de até 50% de espécies exóticas) ou pela compensação.

7) O proprietário rural que optar por recompor a reserva legal com utilização do plantio intercalado de espécies exóticas terá direito a sua exploração econômica.

8) A recomposição poderá ser feita em até 20 anos e as espécies exóticas poderão ser exploradas economicamente

9) A compensação poderá ocorrer fora da propriedade por meio de compra de Cota de Reserva Ambiental (CRA), arrendamento, doação ao Poder Público de área no interior de unidade de conservação de domínio público pendente de regularização fundiária, ou cadastramento de área equivalente no mesmo bioma

10) O novo código autoriza o governo federal a instituir um programa de apoio à conservação do meio ambiente; o programa poderá fazer pagamentos em retribuição a serviços ambientais, tais como o sequestro de carbono, a conservação das águas e da biodiversidade, e a manutenção de APPs e Reserva Legal.

11) As multas por infrações ambientais cometidas até 22 de julho de 2008 serão suspensas desde a publicação da lei e en-

quanto o proprietário que aderiu ao PRA estiver cumprindo o termo de compromisso ajustado.

12) Desde que cumpra os prazos e as condições estabelecidas no termo de compromisso, as multas serão consideradas convertidas em serviços de melhoria ou recuperação da qualidade do meio ambiente.



Liderados por Ágide Meneguette, presidente do Sistema Faep, produtores e sindicatos rurais se mobilizaram por uma legislação ambiental que não penalizasse quem produz alimentos. E conseguiram



**CAMPOS VERDES
INSUMOS AGRÍCOLAS**

Sementes de soja, milho e trigo.
Defensivos agrícolas e fertilizantes.
Máquinas e pulverizadores.

Desejamos um Natal e Ano novo cheios de paz, saúde e sucesso!

44 3032-2255 - MARINGÁ, PR - camposverdes@wnet.com.br

Uma parceria de notícias para o produtor rural

O Sindicato Rural e SENAR promovem cursos e a **Tribuna de Paçandu** divulga em suas edições.
Tribuna de Paçandu - ano 12
e-mail: luciene_timbo@uol.com.br - Fone: 3029-6389

ORIENTAÇÃO JURÍDICA

O novo Código Florestal e as APPS

Fábio Lamonica Pereira
Advogado em Direito do Agronegócio

O Novo Código Florestal, instituído pela Lei n. 12651/2012, passou pela primeira reforma com a edição da Medida Provisória n. 572/2012, a qual foi convertida na Lei 12727/2012, esta publicada em 18 de outubro, contemplando nove vetos que, aparentemente, não serão discutidos pelo Congresso. Na mesma data, foi publicado o Decreto n. 7830/2012 que regulamenta, em parte, o novo Código. Polêmicas à parte, vale traçar o início de uma reflexão sobre a legislação vigente que, possivelmente, passará por novas reformas, adaptações, além da interpretação dada pelo judiciário com a discussão de conflitos que certamente surgirão.

Todas as propriedades rurais deverão, obrigatoriamente, contar com a inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, o que incluirá os dados dos proprietários e/ou possuidores além de especificações quanto às áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, etc. O prazo para a inscrição será de um ano a contar da implantação do sistema. O cadastro será requisito para a participação no Programa de Regularização Ambiental, o qual visa a adequar e promover a regularização ambiental com vistas ao cumprimento dos preceitos do próprio Código Florestal.

É essencial observar os conceitos estabelecidos pela própria Lei a fim de que se possa compreender sua aplicação. Nesse sentido a Lei determina como áreas rurais consolidadas aquelas “com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades



agrossilvipastoris”. Esse enquadramento determina o tratamento diferenciado, por exemplo, quanto à obrigatoriedade de recuperação das Áreas de Preservação Permanente – APPs.

A regra, já conhecida da redação do Código revogado, é a de que os imóveis rurais e urbanos devem manter as faixas marginais dos cursos d’água natural, desde a borda da calha do leito regular, com as seguintes larguras mínimas a título de área de preservação permanente: 30 metros, para os cursos d’água de menos de 10 metros de largura; 50 metros para aqueles que tenham de 10 a 50 metros de largura; 100 metros, para os que tenham de 50 a 200 metros de largura; 200 metros para os que tenham de 200 a 600 metros de largura e 500 metros para os cursos d’água que tenham largura superior a 600 metros.

Restou autorizada a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturis-

mo e de turismo rural em APPs de áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008. Quanto à necessidade de recuperação das APPs ao longo dos rios, o Código estabeleceu uma regra para recomposição que varia de acordo com o tamanho do bem. Assim, para imóveis com área de até 1 módulo fiscal, será obrigatória a recomposição de 5 metros, contados da borda da calha do leito regular; entre 1 e 2 módulos, recomposição de 8 metros; entre 2 e 4, recomposição de 15 metros e aqueles com área superior a 4 módulos, recomposição entre 20 e 100 metros, de acordo com as determinações do Programa de Recuperação Ambiental – PRA que será editado pelos Estados, segundo suas peculiaridades.

O módulo fiscal, que é diferente de módulo rural, consta do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, estabelecido pelo INCRA (www.incra.gov.br) de acordo

com diversas diretrizes, sendo que cada município possui uma classificação própria que varia de 5 há a 110 há.

Quanto à recomposição das APPs, restou suprimida, mediante veto presidencial, a possibilidade de plantio de árvores frutíferas, diferente do que ocorre com as áreas de Reserva Legal. O argumento para o veto foi o de que “(...) o dispositivo compromete a biodiversidade das APPs, reduzindo a capacidade dessas áreas desempenharem suas funções ambientais básicas.(...)”.

Com essas definições, é importante que o produtor busque informações a fim de se adequar às novas regras ambientais de forma que não seja prejudicado em sua atividade econômica.

Fábio Lamonica Pereira
Advogado em direito do Agronegócio
lamonica@lamonica.adv.br



www.chapebraz.com.br

CHAPEBRÁZ

A MARCA DO SEU CHAPÉU

O VERDADEIRO
CHAPÉU DE COWBOY

Av. Cristovão Colombo, 1776 - Cx Postal 170 - CEP 86990-000
Marialva - PR. Tel.: (44) 3232-1210 - chapebraz@chapebraz.com.br



Demanda para preenchimento das Declarações de ITR e IRPF aumenta em 2012

O Sindicato Rural dispõe de pessoal capacitado para atender e orientar os produtores com suas obrigações anuais.

Entre os serviços estão o preenchimento da Declaração do ITR (Imposto sobre Propriedade Rural) e de Declaração de Imposto de Renda.

Os colaboradores passam por treinamentos de atualização a cada ano para que cada detalhe seja observado no momento do preenchimento das declarações, de forma correta e confiável.

Confira os números das declarações de ITR (Imposto Territorial Rural) e IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física)

185 Declarações do Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF 2012

1.180 Declarações do Imposto Territorial Rural – ITR 2012



Novos associados em 2012. Bem vindos!

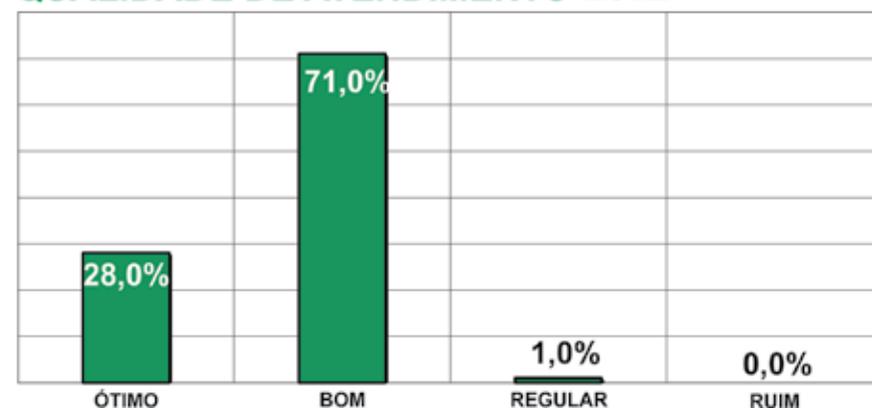
A família cresce. O Sindicato Rural conquistou novos associados que chegam para somar forças aos que já são filiados. É a corrente pra frente na defesa de nossa categoria. Eis a relação dos novos associados que, desde já, são muito bem vindos:

NOME	Município
ANACRISTINA DONASCIMENTO VERSARI	Paiçandu
ANTONIO CANDIDO RODRIGUES	Paiçandu
CARLOS EDUARDO OLIVEIRA SAPATA	Maringá
CLAUDEMIR HERRADON RUGONI	Maringá
CLAUDEMIR PASCHOETO	Maringá
EGIDIO NANI JUNIOR	Maringá
ELICELIA DE FATIMA FERREIRA CUMANI	Itambé
IVALDO LUIZ BORTOLASCI	Itambé
FABIO SAPATA ALCARRIA	Maringá
FLORINDO FERREIRA LEANDRO	Itambé
IVAN RAMOS	Itambé
JOSE MARCOS RONCADA	Paiçandu
JOSE MAURO FLORES	Maringá
LAURA DA SILVA MORENO	Maringá
MARCELO BARBOSA DE SOUZA	Maringá
MARCELO VINICIUS ARANTES	Maringá
MARCIA JOSEFA PEDRINI	Itambé
MARCO AURELIO ROSSETT FLORES	Maringá
MAURICIO APARECIDO COUTINHO	Maringá
MAURONAZZARI	Maringá
PATROCINIA LEMES DOS REIS	Maringá
PAULO CEZAR CAMPAGNOLI	Itambé
ROBERTO CARLOS PRIMIANO	Maringá
TIAGO OLIVEIRA SAPATA	Maringá
WYVERTON ROGERIS LOPES	Maringá

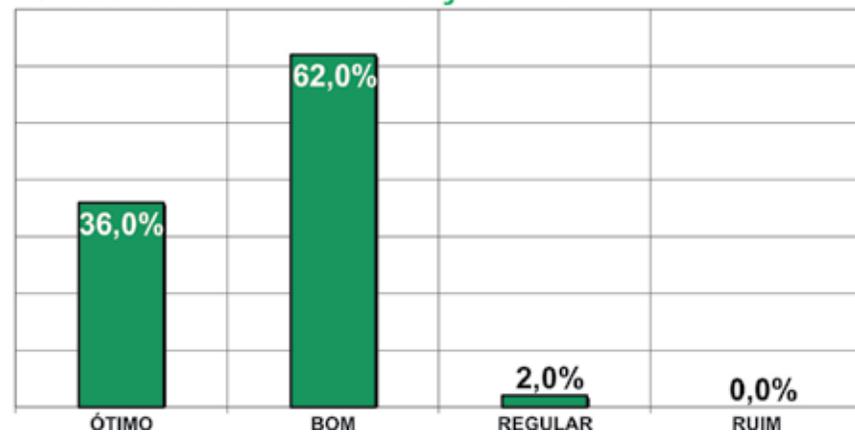
Pesquisa confirma QUALIDADE nos ATENDIMENTOS de SERVIÇOS em 2012

O Sindicato Rural de Maringá realiza anualmente a pesquisa de satisfação dos clientes atendidos, para analisar as melhorias e corrigir problemas, visando manter o padrão de qualidade, de acordo com objetivos e metas do Sistema de Gestão da Qualidade da ISO 9001:2008. A pesquisa é realizada no 4º trimestre de cada ano, por telefone por empresa terceirizada.

QUALIDADE DE ATENDIMENTO 2012



QUALIDADE DOS SERVIÇOS 2012



PROGRAMA EMPREENDEDOR RURAL

Diretores e associados participam da etapa final em Curitiba



O evento, criado e desenvolvido pelo SENAR-PR, FAEP em parceria com o Sebrae-PR e Fetaep, está completando 10 anos. Ao longo deste período 18,5 mil produtores rurais concluíram os módulos do Programa que estimulam as habilidades do produtor e desenvolvem as competências empreendedoras para atuação em atividades econômicas, políticas e sociais sustentáveis. Só em 2012 foram 84 turmas com 1049 pessoas que concluíram os módulos.

Mais de 4,5 mil pessoas, entre produtores rurais, lideranças e autoridades, lotaram o Expo Trade Pinhais na última segunda-feira, dia 3, na Grande Curitiba. O evento marcou o fim de mais uma edição do Programa Empreendedor Rural, iniciativa do Sebrae/PR, Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no Paraná (Senar-PR) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep).

Instituído pelo SENAR-PR, SEBRAE-PR, FAEP e FETAEP, o Concurso

tem por objetivo incentivar os participantes a elaborar projetos empreendedores, dedicando o máximo de seu tempo e concentrando-se no processo de aprendizagem, aplicando as habilidades desenvolvidas durante o Programa.

Segundo o técnico da EMATER Edner Betioli, “essa parceria é muito importante, essa capacitação só vem a somar o nosso trabalho. Através do projeto é possível transmitir uma mensagem de confiança ao produtor rural e é ele quem sai ganhando”. Betioli apresentou o projeto Viabilidade Econômica do Sítio Santa Cecília, junto com seus colegas Luiz Vicentini e Valdir Brischiliari.

Para outra participante do Empreendedor Rural-Etapa Técnica, Katerine Brero, o projeto foi excelente, “o conteúdo transmite noções do que é viável ou não do sistema na produção rural.” Katerine apresentou junto com Delma Pereira a proposta de Diversificação Sustentável na Chácara Recanto da Mata: Agroindústria e Turismo rural.

O Sindicato Rural de Maringá orga-

nizou uma excursão com três ônibus, somando a média de 110 pessoas de diferentes cidades como Paiçandu, Sarandi, Floresta, Itambé, Doutor Camargo, além de Maringá. Entre eles estavam presentes o presidente do Sindicato José Antônio Borghi e os membros da diretoria João Batista

Versari, Hasue e Luiz Komura, Milton Fujii e esposa. Quem também garantiu presença na viagem foram os participantes do Programa Empreendedor Rural, Desenvolvimento Comportamental e Jovem Agricultor Aprendiz, além de associados e funcionários do Sindicato Rural.



Vital
Geotecnologia e Consultoria
www.vitalconsultoria.net

(44) 3023-6045
(44) 3354-6044
Av. Morangueira
211 - sala 04
Maringá - PR

- Regularização conforme o Novo Código Florestal
- Topografia para Imóveis Rurais e Urbanos
- Gestão e Projetos para Loteamentos

Diretores do Sindicato Rural participam das decisões das comissões técnicas da Faep

O Sindicato Rural de Maringá possui representantes ativos nas Comissões Técnicas da FAEP, que são compostas por um número igual de membros titulares e suplentes e se reúnem periodicamente, de acordo com a necessidade, quase sempre na sede da FAEP em Curitiba. As comissões tem por objetivos acompanhar as políticas agrícolas regionais e locais e apresentar essas expectativas à FAEP, além de discutir, analisar, proceder estudos, propor pesquisas e apresentar sugestões para resolução dos problemas que afetam a agropecuária do estado nos municípios. Neste ano, diversos assuntos foram discutidos em diversas áreas da agropecuária.



CONHEÇA OS ASSUNTOS QUE FORAM DESTAQUE

Comissão Técnica de Hortifruticultura

Nesse ano, a Comissão Técnica de Hortifruticultura discutiu ações e projetos para a modernização do CEASA-PR, além do Projeto Alimento Seguro e do Programa de Rastreabilidade de Produtos Agrícolas. A representante do Sindicato nesta Comissão, Hasue Komura Ito, que é horticultora em Maringá, comenta que "a falta de registro de alguns defensivos está afetando a comercialização, o Projeto de Rastreabilidade consiste em um sistema de acompanhamento do produto, todo o manejo da colheita até a gôndola do mercado.", o que justifica a importância do assunto.

Comissão Técnica de Cana-de-açúcar

Durante todo o ano, foram discutidas a situação atual do setor de açúcar e álcool e ações em defesa dos interesses do setor sucroenergético em andamento no governo federal e outras instâncias. Outra ação levantada pela Comissão foi em defesa dos interesses dos produtores de cana em desenvolvimento nas esferas governamentais. "A situação do álcool e do açúcar foi muito produtiva esse ano, acredito que desempenhamos bem nosso papel.", avaliou o representante do Sindicato de Maringá nesta Comissão Técnica.

Comissão Técnica de Avicultura

O representante Milton Fujii, avicultor no município de Maringá expressa que "Nas reuniões foram abordadas discussões sobre pagamentos, financiamentos, investimentos e crises no setor. Além disso, houve apresentação sobre contratos de integração, propostas de programas especiais de energia para a avicultura, além de assuntos gerais do setor, em todo o Estado."

Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte

Segundo Julio Azevedo da Rocha, a Comissão discutiu em 2012 a pecuária integrada através do financiamento ABC (Agricultura de Baixo Carbono), a integração lavoura-pecuária e o projeto em parceria com o SENAR-PR para implantação de cursos na área de silvicultura para enquadrar esse novo modelo de pasto aos animais. A Comissão tratou ainda diversos assuntos de interesse dos bovinocultores da região maringense.

Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite

O integrante da Comissão, Edilson Komagome, apresentou algumas das ações discutidas nesse ano de 2012: "Fizemos uma visita ao Laboratório de Análise de Leite da APCBRH (Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa) além

de visitarmos também o Porto de Paranaguá. Entre as apresentações de entidades ligadas ao setor tivemos da ADAPAR (Agência de Defesa Agropecuária do Paraná) sobre sanidade animal e também das linhas de crédito disponíveis para a pecuária de leite pelo Banco do Brasil. Entre os diversos assuntos abordados estiveram as mudanças pelo Ministério da Agricultura da IN 51 para a IN 62 e o aumento das importações de produtos lácteos principalmente da Argentina e do Uruguai."

Comissão de Cereais, Fibras e Oleaginosas

Segundo o presidente do Sindicato Rural de Maringá e representante nesta comissão, José Antônio Borghi, nas reuniões desse ano foram discutidos o plano safra 2012/2013, o aumento de recurso para financiamentos, diminuição dos juros, aumento do recurso para subjeção do seguro agrícola, além dos problemas da comercialização.

Comissão Técnica do Meio Ambiente

Na comissão técnica do meio ambiente, que tem como representante, Mauro Zanini Rosseto, foi abordada principalmente o Novo Código Florestal e suas avaliações positivas e negativas.

Comissão de Mulheres se torna órgão oficial

Agora é oficial. A partir da inclusão no Estatuto, a Comissão de Mulheres do Sindicato Rural de Maringá se torna oficialmente órgão de expressão da mulher empresária rural. A deliberação e aprovação aconteceram no último dia 6 de dezembro, na sede do Sindicato Rural de Maringá, em Assembleia Geral Extraordinária, onde os associados confirmaram a oficialização por unanimidade dos votos.

A Comissão vem atuando desde março de 2004 por uma Resolução e desde então os trabalhos têm sido administrados por uma Diretoria provisória. Os principais objetivos são a integração das mulheres rurais, contribuir com estudos, análises, pesquisas, treinamentos, debates, sugestões e assessoramentos, sempre valorizando a classe em sintonia com o Sindicato. Outra finalidade é promover a realização de cursos palestras, congressos, reuniões e debates visando a união e capacitação da classe empresária rural feminina, o desenvolvimento e a valorização da atividade agropecuária.

A ideia de desenvolver um trabalho

voltado às mulheres rurais surgiu em 2001 quando a produtora rural Ivoneti Bastiani começou a fazer parte da Diretoria do Sindicato Rural de Maringá. Na época teve o apoio fundamental do então presidente Dr. Annibal Bianchini da Rocha. "O início foi difícil por causa da visão masculina reinante no mundo rural e, no Sindicato não foi diferente, mas com o objetivo de olhar as questões da mulher rural conseguimos desenvolver nossos propósitos. Inicialmente tivemos um grupo de mulheres que nos apoiavam na causa. Em 2004 realizou-se um mega evento em parceria com a FAEP e a Cocamar. Em 2008 foi formalizada a Comissão de Mulheres, através de um ato administrativo do atual Presidente do Sindicato José Antônio Borghi, em razão do aumento da demanda por trabalhos voltados ao mundo rural feminino. Todo o trabalho da Comissão é voluntário e contamos, nos primeiros anos, com a dedicação de Hasue Komura Ito, Olga Agulhon, Marina Camboim, Lia Sambati, Jovelina N. Borghi, Neide Ramos e Beatriz Marcoli.", comentou Ivoneti.



Integrantes da Diretoria da Comissão de Mulheres

Podem participar da Diretoria e atividades da Comissão de Mulheres as associadas ao Sindicato e as esposas e filhas solteiras de associados. A Diretoria atual será empossada no prazo de 30 dias após o registro do estatuto e cumprirá o mandato até o término do mandato da Diretoria atual do Sindicato,

quando passará a ser eleita juntamente com a Diretoria do Sindicato e cumprirá mandato conjuntamente.

Outras informações sobre as atividades da Comissão e como fazer parte dela, no Sindicato Rural ou pelo site: www.sindrural.com.br

MULHER RURAL

Mais de 250 mulheres participam do IV Encontro das Mulheres Rurais do Sindicato Rural de Maringá



Uma tarde agradável, que reuniu informação, conhecimento e informação, cultura, um saboroso coquetel e muita descontração. Esse é o resumo do IV Encontro das Mulheres Rurais do Sindicato Rural de Maringá, que aconteceu no último dia 8, em Maringá.

O Encontro foi produzido especialmente para as associadas e esposas, filhas e noras de associados do Sindicato e também contou com outras mulheres ligadas ao meio rural dos municípios de Maringá, Doutor Camargo, Floresta, Itambé, Ivatuba, Paiçandu e Sarandi, além de uma caravana de Ortigueira-PR.



Público feminino superou as expectativas dos organizadores

Medição e conciliação

Um dos objetivos do evento foi colaborar para que a atuação da mulher possa ter a função de mediação e conciliação nas situações em que se fizer necessário. Outro objetivo foi promover a interação entre as representantes do sistema associativo sindical com suas experiências no trabalho voluntário em benefício do mundo rural feminino e proporcionar vivências culturais.

A Comissão de Mulheres do Sindicato Rural de Maringá desenvolve desde 2004 ações visando a inserção da mulher rural nos contextos sociais, econômico e político do negócio rural. Temas em questão: saúde da mulher, sucessão no campo, autoestima, cidadania, associativismo, sindicalismo, gestão rural, alternativas de geração de renda na propriedade rural, previdência rural, entre outros.

Segundo a presidente da Comissão de Mulheres Hasue Komura Ito, o sucesso da incentivo estimula a Comissão a desenvolver a conscientização. “O encontro superou todas as nossas expectativas



Hasue Ito, Presidente da Comissão de Mulheres e a palestrante Carmen Cuenca

com a participação de 250 mulheres. O objetivo de integração e valorização da mulher foi atendido. Foram recolhidas fichas de avaliação do encontro, e já começamos a idealizar o evento de 2013, que mais uma vez será pautado com as indicações e opiniões das nossas participantes.”

Opiniões das participantes:

Devanilde Alexandrino (Maringá): “É totalmente válido, todas que vêm a esse evento saem diferentes. É gostoso e vale a pena comparecer.”

Edna Bortolasci (Itambé): “A iniciativa de ter um evento especialmente dedicado às mulheres é maravilhosa, pois muitas de nós nos envolvemos tanto com o trabalho que acabamos não nos encontrando e não convivendo com as outras mulheres do nosso meio.”

Ivanir Pavan (Floresta): “Já é o 4º encontro que participo, é um enriquecimento pessoal e emocional muito grande, nos sentimos valorizadas e especiais. Encontramos aqui o reconhecimento e a grandeza de estarmos juntas com as mulheres dos outros municípios, pois nem sempre temos oportunidade de encontrá-las. É um dos dias mais maravilhosos do ano para mim.”

Ivone Servilheiro (Ivatuba): “Esses encontros promovidos pela Comissão de Mulheres do Sindicato Rural mudou a minha vida. Antigamente nós não participávamos tanto e é uma oportunidade que as mulheres aproveitam e aprendem muito.”

Isabela Franzini (Sarandi): “Eu adoro, pois ficamos muito sozinhas na propriedade. Sair da rotina, encontrar as amigas em um encontro e ainda aprender com as palestras é muito bom!”

Madalena Vernier (Itambé): “Foi ótimo poder ouvir mais sobre o papel da mulher na família, já que nossa família é a base de tudo. Essa interação da mulher na agricultura é muito válida principalmente para região de Itambé, que é quase 100% agrícola.”

Eliete Pacheco (Maringá): “O papel da mulher na família sempre foi importante, ela sempre deu suporte à família, mas hoje ela está mais empreendedora, está participando mais dos negócios, está dando mais opiniões. Ela quer crescer junto com o marido.”

Josenei Cali (Secretária de Turismo de Doutor Camargo): “Todo o conjunto do evento aborda uma realidade que muitas mulheres desconhecem, ajuda-as a se conhecerem melhor. As esposas dos agricultores têm uma vida muito corrida e é muito importante esse momento para elas, de estarem juntas e dividirem as experiências.”

Mulher rural, vivência maior

O tema escolhido para o IV Encontro foi Relações Familiares no Mundo Rural: O Papel da Mulher, e contou com a palestra da psicóloga Carmen Lúcia Cuenca sobre O Papel da Mulher nas Relações Familiares. O “bate-papo” se baseou na ideia da mulher mais ativa na família, participando da mediação, da conciliação, mas sem se colocar como responsável de tudo. “As mulheres rurais vivenciam de uma maneira mais intensa às problemáticas do que às urbanas, por estarem mais presentes no dia-a-dia da família,” afirma Carmen Lúcia. Ela ainda ressaltou que a aceitação das mulheres foi positiva e rendeu muitas perguntas no final.

O evento contou com a presença de autoridades de Maringá como a Secretária Municipal da Mulher, Olga Agulhon e a representante do SESCAP-PR, Mírian Silva Braz.

O presidente do Sindicato Rural de Maringá, José Antônio Borghi, comentou: “O encontro contou com participação maciça das mulheres rurais e

foi muito bem organizado pela nossa Comissão de Mulheres. A diretoria do Sindicato apoia essa iniciativa desde o início em 2009, quando aconteceu o primeiro Encontro, e fica muito satisfeita com essa troca de conhecimentos e também honrada em presenciar a união entre as mulheres envolvidas com o Sindicato. É também uma oportunidade de celebrarmos os êxitos do ano que passou e recarregarmos as energias para o próximo ano que está chegando.”

Os integrantes da Diretoria do Sindicato Milton Fujii, João Batista Versari e Marco Bruschi Neto também elogiaram a organização. Fez parte da programação do encontro também uma palestra sobre o Sistema Sindical, ministrada pelo Secretário Executivo do Sindicato Rural de Maringá, Valdecir Mokwa e a apresentação do caso Mulheres da Comunidade Guerra, de Maringá.

Veja o álbum de fotos no endereço eletrônico www.sindrural.com.br e no perfil do Facebook (www.facebook.com/sindicatorural).



ACREDITAR PARA ACONTECER,
AGRADECER POR RECEBER,
AMAR PARA SER AMADO.

USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.

QUE SEJA ASSIM
NOSSA CAMINHADA
EM 2013, 2014, 2015...
FELIZ NATAL!